

# A IMPLANTAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL, EM CONTATO COM O TUPI ANTIGO E AS LÍNGUAS AFRICANAS

**Sílvia Stessuk\***

*Resumo:* O presente artigo pretende discutir alguns aspectos pertinentes ao processo de implantação da língua portuguesa no Brasil, no que toca ao seu relacionamento histórico com o tupi antigo, idioma autóctone, e com o nagô e o quimbundo, idiomas trazidos da África pelos escravos. Como arremate, aborda-se a questão da unidade interna da modalidade popular do português no Brasil, por obra, especialmente, das incursões dos bandeirantes paulistas pelo interior do país nos séculos XVII e XVIII.

*Palavras-chave:* História da língua portuguesa; tupi antigo; línguas africanas no Brasil.

■ **C**om o descobrimento do Brasil em 1500, sabe-se que os lusitanos depararam com um território ocupado por um grande número de povos indígenas, os quais somavam um contingente populacional estimado, segundo as fontes mais prudentes, entre um e cinco milhões de habitantes. Acredita-se que nessa época existiam cerca de trezentas línguas faladas pelos nativos, mais da metade delas hoje desaparecidas sem ter deixado traços.

Ocorre que, nas três primeiras décadas após o descobrimento, a presença lusa no Brasil se limitou a pequenas feitorias estabelecidas com um interesse mais geopolítico do que diretamente econômico: o controle do litoral brasileiro, a par com o controle de possessões na costa oeste africana, permitia à Coroa portuguesa dominar as duas margens do Atlântico Sul e, por conseguinte, a principal rota para as Índias. A relação dos portugueses com os brasis baseava-se

\* Mestre em Teoria da Literatura e Literatura Comparada e doutorando em Literatura e Vida Social, ambos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – campus de Assis - SP. E-mail: silviostessuk@gmail.com.

então apenas no escambo de artefatos europeus em troca de víveres da terra e pau-brasil, e para isso os recém-chegados, sem interesse imediato na colonização, preferiram para os seus misteres aprender as línguas nativas, especialmente o tupi antigo, que predominava na faixa litorânea do território descoberto.

A efetiva colonização portuguesa do Brasil só foi iniciada em 1532, com a fundação das vilas de São Vicente e Piratininga por Martim Afonso de Souza, que veio a mando da Coroa com o objetivo de assegurar o domínio lusitano, combatendo os corsários franceses, espanhóis e holandeses, fundando núcleos de povoamento e implantando uma estrutura de produção de gêneros exportáveis para os mercados da Europa. A presença portuguesa foi, desse modo, fazendo-se cada vez maior, ao passo que os indígenas, expulsos de suas terras pelos canaviais em expansão, utilizados como mão-de-obra escrava e expostos às doenças trazidas pelos europeus, viram iniciar-se um processo que os reduziria rapidamente à quase extinção.

Nos três séculos da colonização, estabeleceu-se, todavia, um sistema de bilingüismo, no qual o português dos colonos conviveu com o tupi antigo ou abanheenga, essa a língua que até o começo do século XVIII foi de fato a mais importante do Brasil, sendo nesse período, em termos de número de falantes, cerca de três vezes mais utilizada do que o idioma da metrópole. Ainda, de acordo com a crônica de Pero de Magalhães Gândavo (1980), já nos primeiros tempos o tupi antigo era falado desde o Pará até o Sul do país. No século XVI e máxime no XVII, esse idioma era designado como *língua brasílica* ou *língua geral*, mas modernamente convencionou-se chamá-lo de *tupi antigo* (NAVARRO, 1998, p. xi), reservando-se o termo *língua geral* para o tupi moderno, também denominado *tupi vivo*. Possuía o tupi antigo algumas variantes dialetais, das quais as mais relevantes eram: o tupinambá, praticado num trecho maior do território, desde a Paraíba até o Rio de Janeiro; o guarani, falado na porção Sul do país (além de no Paraguai, onde na atualidade é um dos idiomas nacionais, e no norte da Argentina); e o tupi propriamente dito, restrito a São Paulo e que foi, em sua forma evoluída, a língua usada pelos bandeirantes; outras variantes menos faladas eram o tupinaé, o tupiniquim etc. É, pois, equivocada, por imprecisão, denominar a língua brasílica singelamente de *tupi*, como se costuma fazer, já que o tupi é apenas um dialeto da língua que hoje é conhecida como *tupi antigo*.

Os padres da Companhia de Jesus, chegando ao Brasil com sua missão de evangelizar, adotaram o tupi antigo como a principal língua de catequese, o que se revelou de vital importância para a difusão desse idioma além de sua área original de atuação. Foi de especial destaque a figura do padre José de Anchieta, que em sua *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, impressa em Coimbra em 1595, descreveu o tupinambá, enquanto sua obra literária lírica e dramática foi escrita, em sua maior parte, no dialeto tupi da região paulista. Cabe censura aos autores que afirmam ser o tupi antigo uma língua artificial criada pelos jesuítas: hoje em dia já está assente a convicção de que, em seus documentos, os missionários transcreveram com bastante exatidão o idioma falado pelos indígenas, tão-somente introduzindo alguns poucos novos termos para representar conceitos cristãos desconhecidos pelos catequizandos (como o neologismo *Reia*, que se referia aos Reis Magos da tradição); aliás, essa é a opinião, dentre outros, do mais respeitado tupinista da atualidade, Eduardo de Almeida Navarro (1998, p. xiii).

Sendo, pois, a língua utilizada pelos jesuítas em sua catequese, o tupi antigo era falado por muitos grupos de nativos não-tupis como segunda língua. Maior, porém, era o seu alcance na sociedade colonial: mesmo os escravos africanos e especialmente os colonos portugueses, cujas famílias na maioria das vezes eram formadas por esposas índias e filhos mestiços que tinham o tupi antigo como língua materna, usavam-no em casa, conforme atesta o padre Antônio Vieira: “É certo que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão tão ligadas hoje umas às outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender na escola” (apud NAVARRO, 1998, p. 174).

A língua portuguesa somente começou a ganhar espaço à língua brasílica com a proibição do uso dessa em 1758, por ordem do Marquês de Pombal, que ainda em 1759 determinou a expulsão dos missionários jesuítas das terras do reino: no ano seguinte, mais de seiscentos religiosos partiram do Brasil e seus colégios catequéticos foram substituídos por aulas oficiais seculares. Por conseguinte, bem ao contrário do que equivocadamente afirmam alguns, não foi por ser o português uma “língua incomparavelmente mais evolvida e mais rica do que o tupi (*sic*), instrumento que era de uma cultura consideravelmente superior” (MELO, 1975, p. 42) que o idioma europeu se sobrepôs à língua indígena. O que houve na verdade foi um ato de vontade política de capital importância em defesa da língua do colonizador, a qual apenas a partir daí se tornou com efeito o idioma oficial da colônia. Também é insustentável a ingênua idéia de que o decreto real “adiantou muito pouco” (MELO, 1975), sob o argumento de que o tupi antigo tenha “ainda continuado a ser, por algum tempo, mais usado que o português”: tal aconteceu porque mesmo um ato régio não pôde, de um dia para o outro, calar uma língua usada por milhares de pessoas. Entretanto, após a proibição da língua brasílica, o idioma lusitano bem rapidamente estendeu sua preponderância, sob condições extremamente favoráveis: vindo desde já há algum tempo sendo ministrado nas escolas, o português avançou e conquistou falantes, ao passo que não mais havia mestres que ensinassem catequeticamente o tupi antigo. Além disso, houve a chegada de levas cada vez maiores de colonos lusos, cerca de oitocentos mil somente ao longo do século XVIII (MELO, 1975, p. 77).

Finalmente, a pá de cal foi a drástica diminuição da população autóctone, com a sua expulsão para o interior e mormente com a sua eliminação física e cultural, num verdadeiro processo de genocídio patrocinado pelos europeus; esse acontecimento, e não outro, constituiu sem dúvida o fator real que decididamente selou o declínio do tupi antigo, o qual, no século XXI, na forma evoluída do tupi moderno (o *nheengatu*), sendo ainda uma das línguas ameríndias mais praticadas no Brasil, não chega a ter nem seis mil falantes num país cujo universo populacional já ultrapassa os 160 milhões, num claro reflexo da circunstância trágica de que a nossa população indígena hoje em dia comporta apenas cerca de 330 mil pessoas.

Assim, no século XVIII, o idioma metropolitano definitivamente já se havia imposto como língua nacional do Brasil. É natural, porém, que da longa convivência com a língua brasílica tenha resultado certa influência dessa sobre o português. Tal influência, contudo, limita-se basicamente à contribuição vocabular, pelo que é talvez mais preciso se falar em “*enriquecimento* do português pela *contribuição* do tupi antigo” (e ainda pela contribuição menor de outras lín-

guas nativas, como o kariri), do que propriamente em “*influência do tupi antigo sobre o português*”, já que na prática não houve alteração na sintaxe e na fonética portuguesas.

A contribuição lexical do tupi antigo, que ainda ficou pautada pela adequação morfofonológica dos vocábulos indígenas ao português, é calculada em cerca de dez mil palavras somente com referência à toponímia<sup>1</sup>, das quais são exemplos<sup>2</sup>: Sergipe, Ceará, Pará, Paraná, Pernambuco, Paraíba, Guanabara, Jacarepaguá, Mooca, Morumbi, Maracanã, Tijuca, Avaré, Ubatuba, Aracaju, Bauru, Butantã, Itapetininga, Taubaté, Curitiba, Votuporanga, Anhangabaú, Ipanema, Juquitiba, Tupã etc. Outro campo fértil em legados do tupi antigo é a antroponímia: Iracema, Jandira, Araci, Moacir, Jaci, Juraci, Jurema, Ubirajara, Bartira e tantos outros. Também é rica a colheita em nomes da fauna e da flora: guaraná, abacaxi, pitanga, gabirola, capim, carnaúba, cipó, jacarandá, jabuticaba, jequitibá, mandioca, aipim, araticum, ipê, taquara, caju, caatinga, maracujá etc., e capivara, arara, araponga, jacaré, gambá, jararaca, lambari, mamangava, piranha, paca, sabiá, saúva, siri, perereca, tamanduá, tatu, urubu, sucuri, sagüi, cotia, cururu, jaboti, jaguatirica, jibóia etc. Há ainda alguns gentílicos (carioca, capixaba, potiguar...), nomes de alimentos (mingau, moqueca, tucupi, curau, paçoca, pipoca, beiju, caruru...), objetos (arapuca, jacá, peteca, cuia, samburá, maracá...), fenômenos naturais (pororoca, piracema...), personagens do folclore nacional (Saci, Caipora, Curupira, Iara, Cuca, Boitatá...) e outros adjetivos (pixaim...) ou substantivos variados (capoeira, xará, itororó, catapora, caipira, caiçara, maloca, panapaná...).

São também razoavelmente numerosos os verbos formados no português do Brasil a partir de radicais do tupi antigo, sendo calculados em 157 por Artur Neiva (citado por MELO, 1975, p. 46), dentre os quais: moquear, acocorar-se, cutucar, capinar, capengar, sapecar, tocaiar, pitar etc.

Enfim, cabe uma palavra a respeito de determinados elementos modificadores de substantivos, a saber: *açu* ou *guaçu* (“grande”) e *mirim* (“pequeno”). Alguns autores os consideram sufixos, ao passo que outros preferem entendê-los como adjetivos (é a opinião exposta, por exemplo, em Melo (1975, p. 64), assim como o são *puba* (“fermentada”, referente à mandioca posta na água, termo às vezes reputado como substantivo) e *taquari* (“de pequeno calibre”, com referência a espingarda). Os únicos elementos provenientes do tupi antigo que são mais pacificamente considerados como sufixos são *-rana* (“parecido com”, “à maneira de”, como em *brancarana*, *taturana* e *Sagarana*, esse um neologismo criado por Guimarães Rosa) e *-oara*, o qual entra na composição de alguns poucos gentílicos (como *marajoara*).

Já no que tange à relação histórica entre o idioma de Camões e o nagô e o quimbundo, mister prevenir que, ao chegar ao Brasil em 1500, a esquadra de Pedro Álvares Cabral já falava um português que recebera contribuição de línguas africanas, em virtude das três seguintes circunstâncias: primeiramente, por conta das navegações que permitiram o contato lusitano com elas *in loco*, ou seja, na própria África; em segundo lugar, pela presença de escravos negros

1 Cf. estimativa de Artur Neiva, citado em Melo (1975, p. 43).

2 A maioria desses exemplos, assim como os seguintes, é colhida em Melo (1975), ou em Navarro (1998), sendo poucos os oriundos de Carvalho e Nascimento (1969), de Azevedo Filho (1998a e b), e de outras fontes.

em Portugal antes até da exploração da mão-de-obra desses nas lavouras e minerações do continente americano; finalmente, por meio do convívio com o idioma árabe, o qual, tendo penetrado na Península Ibérica nos séculos anteriores que testemunharam a expansão da fé maometana, carregava muitos empréstimos das línguas de países africanos previamente islamizados.

Com a chegada de grandes contingentes de escravos africanos a partir de 1559, no entanto, a contribuição deles para o português falado no Brasil foi cada vez mais se ampliando. Segundo a fonte, calcula-se que de três a 13,5 milhões de negros tenham sido trazidos para o Brasil até 1850, quando foi extinto o tráfico. Esses cativos tinham procedências variadas (Sudão, Angola, Congo, Moçambique etc.), pertenciam a nações diversas e, portanto, falavam línguas diferentes. Dois idiomas, porém, sobressaíram-se, tendo se tornado línguas francas dos africanos das várias etnias: são justamente o nagô (ou iorubá), que se concentrou na Bahia, e o quimbundo, que, vindo a se estender numa área geográfica mais ampla, foi falado por um número maior de indivíduos, tendo assim contribuído mais largamente para o português.

Comparada aos idiomas ameríndios, a contribuição lexical das línguas africanas para o português foi bem menos rica; porém, fonética e morfológica sua influência foi muito mais profunda. Ao passo que o indígena sofreu em regra um processo de eliminação física ou de distanciamento da sociedade colonial, o escravo negro adaptou-se a essa sociedade e multiplicou-se, mantendo uma comunicação bem maior com o branco. Além dos cativos que trabalhavam nas plantações, minas e em outros trabalhos pesados, foi destacada na estrutura social do Brasil colônia a presença dos escravos domésticos, mucamas e mães-pretas que, mais próximos ainda do branco e de seu falar, foram aprendendo o português e, falando-o, alteraram-no morfológica, sintática e foneticamente, introduzindo traços das línguas africanas e criando assim uma linguagem crioula. Com a participação desses escravos na educação dos filhos dos senhores, esse falar crioulo foi aos poucos sendo disseminado também entre a população branca, embora visto como linguagem não-culta, tendo afinal se enraizado na sintaxe popular.

A mais importante influência das línguas africanas sobre o português do Brasil ocorreu na morfologia, pela simplificação e redução das flexões. Tanto o nagô como o quimbundo são idiomas que não fazem uso de flexão; destarte, os seus falantes, ao tomar uma segunda língua, naturalmente introduziram nela alguns de seus hábitos lingüísticos originais, os quais se fazem sentir intensamente na modalidade popular do português brasileiro. Assim, é muito comum na nossa língua coloquial moderna o abandono das desinências de plural, quase sempre restritas ao primeiro determinante da frase; exemplos: *os menino chegaro* (ou *chegô*), *as menina é bonita*, *os passarinho tá tudo alegre*, *foi decidido dois problema*. Na conjugação dos verbos, muitas vezes só aparecem duas formas, uma para a primeira pessoa do singular, a outra comum a todas as demais: *eu compro*, *tu compra*, *ele compra*, *nós compra*, *eles compra* (a segunda pessoa do plural é raramente utilizada); pode até ocorrer uma só forma para todas as pessoas: *eu tava*, *tu tava*, *ele tava*, *nós tava*, *eles tava*. Construções como essas estão presentes na linguagem falada até mesmo das classes mais cultas, muitas vezes aparecendo mesmo nos escritos mais cuidados, tão profundo é o alcance desses fenômenos de simplificação e redução.

No léxico, a contribuição das línguas africanas se faz presente, com descrição, na toponímia<sup>3</sup> (Bangu, Caxambu...) e em nomes da flora (jiló, quiabo...) e da fauna (camundongo, marimbondo...), fazendo-se mais intensa em nomes de alimentos (cuscuz, fubá, quibebe, dendê, mungunzá, canjica, acarajé, quindim, vatapá...), de objetos (berimbau, miçanga, tanga...) e principalmente em aspectos folclórico-culturais e religiosos (axé, mandinga, macumba, candomblé, maxixe, orixá, batuque, samba, Iemanjá, Xangô, Oxóssi etc., e Oxalá, no sentido do orixá sincretizado com Jesus Cristo ou Nosso Senhor do Bonfim, e não no da interjeição, a qual provém do árabe *wa xā illāh*, “e queira Deus”), além de outros casos (agogô, afoxé, caçula, moleque, quilombo, bunda, cafuné, calombo, cacimba, ganzá, cachimbo etc. e talvez cachaça), incluindo uns poucos verbos (xingar, cochilar...).

É útil, outrossim, lembrar que, ainda antes do descobrimento do Brasil, várias palavras africanas já haviam sido incorporadas ao léxico da língua portuguesa, seja direta (contato dos portugueses com escravos africanos em Portugal ou com os povos livres na África) seja indiretamente (por meio da língua árabe), como é o caso de “atabaque”, “bengala”, “búzio” e “chafariz”, dentre outros.

Dessa maneira, considerados os relacionamentos históricos do português com os idiomas africanos e ameríndios mais relevantes, convém finalizar o tema, contemplando, em poucas palavras, como se deu a difusão do sistema lingüístico resultante, desde a costa atlântica e adjacências até o centro-oeste do Brasil.

Observe-se então que, nos séculos XVII e XVIII, foi muito intenso o movimento de expedições que adentraram o interior do continente com o intuito inicial de combater, capturar ou simplesmente eliminar indígenas; a partir da segunda metade do século XVII, a procura de minérios preciosos também foi uma motivação de suma importância. Essas expedições, quando de caráter oficial, eram chamadas de entradas, e quando de caráter particular, de bandeiras. A maior parte delas era organizada pelos paulistas, habitantes da capitania de São Vicente.

Foram três as principais conseqüências das entradas e bandeiras: o quase extermínio das populações indígenas, a expansão das fronteiras do Brasil com o povoamento de sertões antes inexplorados e a difusão da língua portuguesa pelo coração da América do Sul.

Para a maioria dos estudiosos, a língua falada pelos bandeirantes paulistas era um dialeto de tipo crioulo que, sendo português em sua estrutura mais básica, era altamente impregnado de hábitos lingüísticos do tupi antigo e do quimbundo: seria o chamado *dialeto caipira*, amplamente estudado por Amadeu Amaral e Teodoro Sampaio. Sendo levado pelas bandeiras e entradas sertão adentro, essa variante dialetal do português disseminou-se por uma extensa área geográfica, sobrepondo-se às línguas ameríndias autóctones e também ao castelhano que era falado em algumas reduções de jesuítas espanhóis, as quais foram destruídas pelos bandeirantes. Em seu caminho, os bandeirantes iam também batizando os acidentes geográficos que descobriam e os povoados que fundavam com nomes tupis, o que explica a existência de tal toponímia em regiões por onde jamais andou nenhum povo indígena falante do tupi antigo ou de qualquer de suas variedades.

3 Ver a nota anterior, com referência a Melo (1975), Carvalho e Nascimento (1969) e outras fontes.

O dialeto caipira, tendo então sido irradiado pelas bandeiras e entradas, deu causa a uma considerável uniformidade relativa dos falares regionais de todo o interior do Brasil. É claro que ao longo do tempo, pelo isolamento dos povoados fundados e por outros fatores, surgiram particularidades regionais que, no entanto, não foram suficientes para desfazer essa unidade lingüística, que é de fato notável, dada a grande extensão do território. Um dos elementos que concorreram para permitir a manutenção dessa unidade foi o contato entre o centro do país e a região Nordeste através do Rio São Francisco; outro importante fator de unificação foi o grande afluxo de colonos portugueses para o Brasil no século XVIII, os quais, falando o português metropolitano, tendiam a aplainar quaisquer divergências lingüísticas que ameaçassem criar relevo.

De forma que, em linhas gerais, foi assim que, ao longo de acidentados séculos e à custa da supressão cultural de diversos povos, o português, acrescido de contribuições ou influências do tupi antigo, do nagô, do quimbundo e mais modestamente de outros idiomas nativos e africanos, impôs-se como a língua mais utilizada no Brasil.

#### REFERÊNCIAS

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante. Aspectos do português do Brasil. In: *Ensaio de lingüística, filologia e ecdótica*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Língua e Literatura/UERJ, 1998a.

\_\_\_\_\_. Línguas africanas em contacto com o português. In: *Ensaio de lingüística, filologia e ecdótica*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Língua e Literatura/UERJ, 1998b.

CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. *Gramática histórica*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1969.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil; História da província de Santa Cruz*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1980.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 3. ed. melh. e aum. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1975.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Método moderno de tupi antigo – A língua do Brasil dos primeiros séculos*. Petrópolis: Vozes, 1998.

STESSUK, S. The establishment of the portuguese language in Brazil, in contact with ancient Tupi and the african languages. *Todas as Letras* (São Paulo), volume 8, n. 1, p. 96-102, 2006.

**Abstract:** *The purpose of the present article is to discuss some aspects of the process of the portuguese language establishment in Brazil, referring to its relationship with ancient Tupi, the indigenous language, and with Nago and Quimbundo, language brought from Africa by the slaves. In conclusion, it examines the question of the internal unity of the portuguese popular variety in Brazil, due mainly to the Paulista bandeirante's incursions through the interior of the country in the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries.*

**Keywords:** *History of the portuguese language; ancient Tupi; african languages in Brazil.*